PROGRAMA DE GOVERNO DO PSTU

Prefeitura de Manaus 2024

Resumo

Trata-se de uma versão inicial do programa que trata de um diagnóstico político econômico de diretrizes e propostas. Esse conteúdo ainda está sujeito a modificações e ajustes.

Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

Rua Costa Azevedo, nº 11, 2º Piso – Centro.

Apresentação

O PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado, em cumprimento a Lei Eleitoral, reunido em Convenção no dia 27 de julho de 2024 (Convenções, Artigo 6º, TSE), lançou como candidatos a Prefeito e Vice-Prefeita do Município de Manaus, respectivamente, Gilberto Vasconcelos e Damiana Amorim e apresenta o seu Programa de Governo.

O PSTU é um partido socialista, de quadros, com inserção em setores importantes do proletariado nas distintas regiões do país, sua prioridade em termos de atuação política é diretamente junto à classe trabalhadora, suas camadas oprimidas e nas suas lutas diretas. As eleições são apenas um momento em que essas lutas se apresentam como disputas em torno do poder político. Por isso, o centro da nossa atuação não gira em torno de eleições. Participamos do processo eleitoral porque a sociedade, os trabalhadores em geral, ainda não perderam as ilusões nessas instituições e, mediante a essa situação, as eleições se convertem em um espaço onde podemos apresentar o nosso programa para as amplas camadas da nossa classe social.

No entanto, não vemos às eleições como espaços em que a classe trabalhadora possa de fato chegar ao poder. E especialmente no Brasil, esses espaços foram historicamente controlados para não permitir qualquer abalo no sistema de dominação politica existente. Desde o nascimento da república com o voto censitário, a exclusão dos analfabetos, a exclusão das mulheres, entre outras formas, como o chamado voto de cabresto, o controle é exercido de diferentes maneiras. Assim, as eleições e as formas institucionais do exercício político sempre se caracterizaram pela restrição da participação política das classes subalternizadas e ainda operam atualmente para garantir que a classe dominante permaneça no poder sem se sentir ameaçada.

Mesmo com a modernização do sistema eleitoral, o controle e as restrições permaneceram existindo não somente pela interferência do poder econômico como também por artificios jurídicos inseridos no corpo da legislação eleitoral. E as eleições, que deveriam ser espaço de livre disputa entre as distintas classes e posições sociais divergentes, são convertidas em espaços institucionais de legitimação e de reprodução dos setores da classe dominante.

Desde 2021, por exemplo, com a aprovação da clausula de barreira, partidos como o nosso, foram totalmente excluidos do tempo de “propaganda eleitoral gratuita”. Ou seja, o que antes já era extremamente desigual em relação a distribuição de tempo de aparição nos meios de comunicação de massa, ficou ainda muito pior. Agora nem sequer se tem o direito de aparecer no chamado “horario eleitoral gratuíto” para apresentação das propostas. O eleitor simplesmente não tem o direito de conhecer determinados partidos e candidatos.

Apesar disso, ainda que sob essas condições extremamente desiguais, iremos apresentar nossas propostas com o intuito de fazer o debate político com aquele público que conseguir ter acesso à nossa plataforma programática. Ao mesmo tempo, denunciamos desde já o caráter excludente e antidemocrático embutido na legislação eleitoral, que impede o debate igualitário das ideias, restringe determinados partidos e influencia na livre escolha do eleitor – incidindo claramente nos resultados eleitorais.

Introdução

As eleições municipais serão as primeiras após a derrota de Bolsonaro ao governo central. Lula assumiu o mandato cercado por uma perspectiva de reverter os estragos causados por Bolsonaro e recuperar as bases do regime democrático burguês. Nesse sentido, o pano de fundo das eleições municipais se refere a um governo de Frente Ampla, com um projeto capitalista neolioberal social e de defesa da democracia dos ricos (cada vez menos democrática) e uma ooposição bolsonarista de extrema direita com um projeto capitalista ultraliberal e autoritário.

Embora, na sua posse, Lula tenha feito um gesto simbólico de subir a rampa do planalto com representantes das camadas exploradas e oprimidas da sociedade brasileira. No entanto, nos dois primeiros anos do seu governo esse gesto ficou somente no simbolismo. Na realidade, Lula governa mesmo é para os grandes empresários da industria, do agronegócio e segue aplicando religiosamente o programa do imperialismo.

Em vez de ser o pobre a ser priorizado no seu governo, quem vem mesmo sendo incorporado ao orçamento são os bilionários capitalistas, com a liberação de R$300 bilhões para as grandes empresas (aquelas que faturam mais de 300 milhões) do setor industrial; R$20 bilhões em isenções no Programa Mover para garantir o lucro das montadoras; Plano Safra de R$400 bilhões para engordar os cofres do agronégócio; e a reforma tributária não diminuiu um centavo dos impostros que os pobres pagam. Enquanto isso, aos trabalhadores é reajuste zero, cortes nos benefícios sociais, cortes de verbas e ataques, como vimos nas recentes greves da educação e do setor da área ambiental.

Esse quadro nacional é parte integrante da crise do capitalismo mundial e de seu regime democrático burguês. De modo que, não há e não poderá haver nenhum lugar que passe imune às determinações que geram a deterioração do sistema. Trata-se de um processo que tem em seu cerne a superprodução de mercadorias, o desenvolvimento tecnológico e a transição da matriz energética. Elementos que, combinados com a própria natureza do capitalismo levam a uma situação de desaceleração da economia e a inevitáveis acirramentos de conflitos de diferentes escalas e proporções. Por isso assistimos uma disputa cada vez mais acirrada entre os imperialismos e entre as potências capitalistas – em muitos casos para assegurar domínios geopolíticos de territórios. Disputas que se dão nos terrenos diplomático, político, econômico e militar.

Em face a essa situação mundial, os imperialismos exigem dos países dependentes um grau muito maior de entrega e subalternização. E contam para isso com o aval e a conivência das burguesias nacionais e com a colaboração das direções reformistas e neorreformistas do movimento de massa. Um processo de dominação que começa no terreno econômico e se estande à esfera política, inclusive interferindo no próprio regime (democracia, bonapartismo, ditaduras), com o objetivo de assegurar as condições por meio das quais serão realizada apropriação de riquezas.

O Brasil se insere nesse contexto e é um país em franco processo de recolonização. A aspiração de uma fração da burguesia nacional de construir um país moderno, industrializado e independente, foi interrompida com o golpe empresarial-militar de 1964. Depois de vinte anos de ditadura o país estava mais industrializado, mas muito mais dependente – foi afastado definitivamente, por parte de qualquer fração da burguesia brasileira, qualquer vestígio de desenvolvimento econômico autônomo. A chamada Nova República, que emergiu dos escombros da ditadura, não apenas não reverteu esse quadro estrutural da economia brasileira, como o aprofundou drasticamente no contexto da globalização neoliberal. A própria Constituição de 1988 que tinha incluído alguns direitos básicos universais, foi retalhada sucessivamente para assegurar o livre trânsito do capital, a desnacionalização, as privatizações e a entrega do patrimônio público para empresas estrangeiras. As reformas trabalhistas e previdenciária, alteraram as bases normativas protetivas da classe trabalhadora para assegurar a superexploração da força de trabalho e garantir mercado para os fundos de pensão privados.

É esse o quadro estrutural sobre o qual se alternam os sucessivos governos brasileiros – sejam eles de tendências democráticas, bonapartistas ou ditatoriais. O governo Lula (Frente Ampla) afastou temporariamente a opção bonapartista, mas não alterou em nada o caráter estrutural da dependência, que segue se aprofundando.

Além da manutenção de todas as reformas, privatizações e desnacionalização e do repasse de recursos públicos para investimentos empresariais nacionais e estrangeiros, a política econômica, ancorada no pagamento da dívida, no arcabouço fiscal e nas metas de gastos, impõe limites estreitos aos investimentos públicos nas áreas sociais. Com isso mantem e aprofunda a deterioração desses serviços, dos salários e das condições de trabalho e, como parte intrínseca desse movimento, utiliza as parcerias público-privadas para acentuar a privatização desses setores.

Esse cenário catastrófico atravessa a vida da grande parcela da população de mais

de 5 mil municípios desse pais. Manaus, a cidade que se tornou o epicentro da pandemia, viu aflorar aos olhos de todos o déficit habitacional, o desemprego, a fome e as mais degradantes condições sociais. Nenhuma candidatura deveria fechar os olhos para essa dura realidade.

É cada vez mais evidente que não se pode discutir essas contradições e essas desigualdades sociais da cidade separadas da decisões nacionais. Nem um programa, por mais bem elaborado que seja, não poderá responder realmente às reais necessidades da população, sem ter claro que as políticas nacionais interem diretamente nos problemas municipais e que precisam serem levados em consideração na hora de definir medidas e propostas no plano local.

Ao mesmo tempo, não se pode perder de vista o enquadramento político de polarização entre um governo neoliberal social e uma oposição ultraliberal com um projeto de ditadura. De tal forma que, é preciso combater consequentemente o retorno do bolsonarismo em todos os níveis, seja em sua versão original ou sob formas disfarçadas. E a nossa candidatura estará a serviço desse combate.

Por outro lado, não se pode baixar a guarda para um governo que – embora diferente do projeto autoritário do bolsonarismo – aplica uma política econômica liberal social e governa para os grandes capitalistas. E sob esse aspecto a nossa candidatura vai situar no campo de uma oposição de esquerda.

Em outros temos, o nosso programa municipal leva em conta o quadro político geral e as condições estruturais da economia política que, em última instância, determinam grande parte da realidade dos municípios brasileiros – especialmente das grandes capitais, como Manaus.

É preciso defender uma cidade para os trbalhadores e governada pelos trabalhadores – por meio dos Conselhos Populares. Em linhas gerais, isso significa ser um ponto de apoio para as lutas nacionais que incidam direta ou indiretamente na vida das pessoas, como por exemplo, a revogação das reformas trabalhista e da previdência; a revogação do "Novo Ensino Médio" (NEM); a estatização das grandes megas empreas; reestatização de empresas estratégicas para o país; etc. No plano local, é preciso acabar com as privatizações da água, da energia, da saúde, da

educação e transporte coletivo – como condições estruturais sob as quais se deve operar outras medidas que visem obem estar de toda população – especialmente da classe trabalhadora e suas camadas oprimidas.

Informações relevantes sobre a cidade

Manaus passou da sétima para a quinta posição entre 2002 e 2021 no ranking das economias municipais brasileiras. Seu Produto Interno Bruto (PIB), de 103,3 bilhões de reais, deixou para trás Curitiba (que passou para sexto lugar) e Porto Alegre (que desceu para o nono lugar) em apenas duas décadas. Esses números fazem com que a cidade atinja um PIB per capita de 45.782,75 reais, superior aos 42.247,52 reais da média nacional, mas que apenas reforça o caráter desigual da distribuição de renda na Amazônia.

A despeito dessa riqueza gerada, representada no crescimento do Produto Interno Bruto, estudos recentes mostram que Manaus figura como a segunda pior capital em desigualdade social. O Mapa da desigualdade, produzido pelo Instituto Cidades Sustentáveis (ICS), publicado no dia 26 de julho deste ano, compara 40 indicadores das 26 capitais brasileiras, sobre educação, saúde, renda habitação e saneamento.

Esse estudo expõe com clareza o quadro da desigualdade entre as capitais. No quesito desocupação, a capital amazonense aparece como a terceira pior taxa, com 12,8%. O que configura, no mínimo, uma situação contraditória, uma vez que aqui está sediado o segundo maior polo industrial do país, com a presença de mais de 400 unidades fabris que geram postos de trabalhos diretos e indiretos.

Manaus aparece ainda nesse estudo, ao lado de Belém, como a segunda capital mais favelizada do país. Mais da metade dos domicílios (53,38) se encontram em favelas, à frente de Salvador (41,83%), Vitória (33,15%) e São Luís (32,42%). Em um cenário como esse, não é de se estranhar que apareça também como a terceira em incidência (7,1 pacientes por 100 mil habitantes) de doenças causadas por saneamento básico inadequado, contrastando com capitais como Cuiabá, cuja incidência é de 0,28 pacientes por 100 mil habitantes.

A violência urbana é outro aspecto relevante digno de registro. Manaus é a terceira pior do país em taxa de homicídios por 100 mil habitantes. Ao mesmo tempo ocupa a terceira posição em homicídios de jovens por 100 mil habitantes.

Os dados econômicos, representados pelo PIB, e os indicadores acima descritos, fornecem elementos que corroboram com a percepção de aguda desigualdade social existente no tecido urbano da cidade de Manaus. A riqueza produzida está concentrada nos extratos sociais superiores enquanto a maioria da

população, a classe trabalhadora, vive de baixos salários ou na fila do desemprego, em moradias insalubres, com serviços urbanos cada vez mais precarizados (transporte, saúde, educação).

Do ponto de vista da gestão pública municipal, a quem cabe atuar no nível mais próximo da população, é importante registrar que nos últimos quatro anos, o orçamento público municipal tem crescido sistematicamente na casa de dois dígitos, chegando em 2024 a R$ 9 bilhões de reais. Manaus é, seguramente, uma das capitais que opera com uma das maiores receitas orçamentárias do país.

Nem por isso, se observa uma alteração qualitativa, equivalente, em termos de oferecimento de serviços públicos e estrutura urbana para garantir maior qualidade de vida à população da cidade. Em face a isso, é preciso discutir como vem sendo administrado os recursos públicos, quais as prioridades e quais às áreas sociais têm sido negligenciadas.

A gestão pública municipal historicamente vem sendo administrada de forma centralizada, sem participação popular e até sem a devida fiscalização da Câmara de vereadores. Os vereadores depois de eleitos, em vez de defender os interesses da população, agem como serviçais do prefeito, numa relação de troca de favores, em que a máquina pública serve como moeda de troca.

É preciso acabar com essa farra. Um governo socialista dos trabalhadores deve estabelecer um novo padrão. Quem deve governar são os trabalhadores por meio dos Conselhos Populares deliberativos. Nesse governo os recursos do orçamento público vão ser discutido com os trabalhadores para dizer quais devem ser as prioridades e onde deve ser gasto o dinheiro. Além disso, os conselhos vão exercer um papel de controle social para garantir que os recursos não sejam desviados para fins privados.

Eixos, diretrizes e propostas

I - Plano Emergencial

Situação: Como demonstram os indicadores sociais acima, Manaus vive uma situação caotica sob diferentes aspectos, mas principalmente em termos de desemprego, falta de moradia decente, violencia e recrudescimento das condições ambientais – a cada ano tem se intensificado o processo de desertificação e toda populçao fica literalmente sufocada.

Em face a ausência do poder público para solucionar os graves problemas sociais a população, entregue a si mesma, busca saídas por sua própria conta e risco, seja improvisando moradia em areas de riscos; seja se unindo e organizando ocupações de terras; seja se submetendo a serviços precarizados ou improvisando algum meio de vida para não morrer de fome. Uma parte dessa população – de distintas origens etnicas e de diferentes nacionalidades – recorre aos chamados bicos ou se transforma em pedintes nas esquinas, nas praças, restaurantes e bares da cidade – quando não são recrutados pelo tráfico .

Propostas:

A) **Garantir Assistência aos Desempregados:** Passe livre aos desempregados no transporte público; Isenção de IPTU e todas as taxas municipais; Isenção total de impostos aos pequenos negócios e crédito; garantir o fornecimento de luz, água às famílias desempregadas;

B) **Geração de Empregos:** Plano de obras públicas municipal organizado pelos desempregados dos bairros que garanta de imediato: construção de casas populares; ampliação das creches municipais; ampliação da rede de escolas municipais; saneamento básico para todos; limpeza e recuperação das vias públicas.

C) **Garantia de abrigo para as populações em situação de rua.** Os dois abrigos improvisados, custeados pelo municipio, para atender cerca de 2 mil pessoas em situação de rua precisam ser adequados, equipados e ampliados, inclusive com a criação de um Centro de Atendimento na região central da cidade. Com a contratação – por concurso – de profissionais devidamente capacitados para esse trabalho.

II - Áreas Sociais e Cultura

Situação: Fatores relativos a política econômica de um país dependente, delimitam os investimentos públicos nas áreas sociais. Desde cima, da esfera federal, as decisoes macroeconômicas, tais como "teto de gastos" e mais recentemente o "arcabouço fiscal" definem a redução dos recursos orçamentários em benefício dos interesses corporativos do capital financeiro. As esferas estaduais e municipais, por sua vez, seguem a mesma lógica, e além da não aplicação correta dos recursos constitucionalmente previstos, utilizam-se de dispositivos da engrenagem da burocracia governamental para mascarar os investimentos públicos, isso quando não repassam diretamente os recursos orçamentários para os setores privados – no contexto das parcerias público-privadas.

Nós queremos inverter essa lógica. Primeiro, a frente do poder municipal seremos um ponto de apoio para reverter as decisões nacionais que reduzem os investimentos públicos ou desviam esses recursos para favorecer interesses privados e corporativos de grandes grupos econômicos e financeciros. Segundo, tornando a máquina pública mais barata no sentido de acabar com a multiplicação de cargos de confiança que só servem para cabide de emprego de amigos e parentes dos governantes. Terceiro, acabar com a farra das parcerias úblico-privadas para estancar o desvio de recursos públicos para

interesses privados. Quarto, estabelecer o controle social das ações governamentais em cada área por meio dos Conselhos Populares formado pelos trabalhadores e usuários dos serviços publicos organizados políticamente.

Propostas:

- ✓ **Saúde:** Em relação as decisões nacionais, vamos fortalecer, desde a prefeitura, a luta pelo fim da saúde privada; pela estatização dos hospitais particulares e por um SUS 100% estatal. No âmbito do Município, propomos o fortalecimento e a ampliação das Unidades Básicas de Saúde, 100% de cobertura primária; fim das consultorias privadas; Prioridade aos programas sociais e a saúde do trabalhador; remuneração digna aos funcionarios; uma administração eminentemente pública e democrática; eleições diretas para diretores das unidades de saúde, feita pelos proprios funcionarios de carreira.
- ✓ **Educação:** No plano mais geral vamos lutar por uma educação pública de qualidade e por nenhum repasse de recursos públicos para os grandes empresários, donos de escolas privadas. No âmbito da prefeitura, propriamente, a meta é ampliar as vagas até atender cem por cento todas as crianças em creches e escolas públicas de qualidade. Para isso, é preciso estancar o processo de privatização continuada da educação. Acabar com toda gestão privada de escolas, creches, e as fundações privadas. Garantir democracia nas escolas para que os professores, os alunos possam se organizar e debater todos os temas com liberdade; envolver os país e a comunidade para debater e decidir, em nível municipal, o projeto pedagógico, a gestão pública da mesma e eleger diretamente direção das escolas. Garantir concurso público e remuneração de qualidade; ampliação do número de salas de aulas e acabar com os alugueis de predios; Assim, serão combatidos projetos retrógrados e autoritários como o Escola sem Partido, evitando a evasão escolar e aumentando a qualidade do ensino público.
- ✓ Assistência Social: Será voltada principalmente para as camadas mais necessitadas. Os recursos e o aparelhamento das instituições vão ser objeto de decisões dos Conselhos Populares que vão se encarregar definir as linhas mestras e o orçamento para cada setor: idosos, mulheres, população indígena, população em situação de rua; LGBTs, etc.

III– Gênero, Sexualidade, Grupos étnicos e Opressões

Situação: Manaus convive com todas as contradições dos grandes centros urbanos. A luta pela cidade põe em movimento diferentes grupos sociais, mais particularmente as camadas oprimidas e exploradas como as mulheres, os negros, os indígenas, os LGBTs. Enfim, é a grande maioria da população mais afetada pelas políticas de desmonte dos serviços públicos, das retiradas de direitos, dos baixos salários, do desemprego e da violência estrutural: o machismo, o racismo, o preconceito e toda forma de opressão.

Esses grupos sociais, além de explorados, sofrem opressão pelas suas condições de gênero, orientação sexual e por suas especificidades étnicas e raciais. Basta acompanhar os indicadores sociais, a discriminação racial, o preconceito contra mulheres, negros, indígenas e LGBTs. A opressão constitui um dos mecanismos utilizados pelos capitalistas para dividir a classe trabalhadora, a fim de assegurar a superexploração, os baixos salários e a manutenção do monopólio da propriedade. Então, é fundamental além do combate à exploração, combater igualmente a opressão. E uma prefeitura dirigida pelos (as) trabalhadores (as) deve incorporar em seus planos todas as dimensões que possibilitem sedimentar as bases para uma sociedade fraterna, livre e igualitária – uma sociedade socialista.

Propostas:

- ✓ **Povos indígenas:** Combater a discriminação, o preconceito e toda forma de estigmatização; garantir aos indígenas permanência em seus territórios; e, apoiar à suas diferentes formas culturais, suas línguas, enfim, às suas práticas de reprodução social. Defendemos a sua participação nos Conselhos Populares, com suas lideranças e suas associações, como a Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus e Entorno (COPIME), para garantir a inclusão de suas pautas de reivindicações, como saúde, educação, respeito às suas práticas, seus rituais e seus saberes.
- ✓ **Mulheres:** Combate ao machismo e todas as formas de violência. Pela aplicação e ampliação da Lei Maria da Penha, pela construção de mais abrigos públicos a assistência psicológica para mulheres vítimas de violência e ameaça de suas vidas;
- ✓ **Negros (as):** combater o racismo estrutural e suas manifestações nas instituições públicas; Aplicação e ampliação das cotas raciais como forma de reduzir a desigualdade extrema no estudo, no trabalho e no salário; Realizar debates, campanha pelo fim do genocídio da juventude negra e de preconceito contra indígenas, imigrantes haitianos e venezuelanos;
- ✓ **LGBTQI+:** Lutar por uma lei para tornar crime a LGBTfobia. Combater a invisibilidade e abrir um amplo debate nas escolas para inclusão nos Parâmetros Curriculares de conteúdos que abordem identidade de gênero, orientação sexual, preconceitos e discriminação.

IV – Moradia: Plano de obras públicas para casas populares

Situação: A população de Manaus cresceu de 1,8 milhão, em 2010, para 2,06 milhões em 2022. Foi a primeira cidade da Amazônia a bater a marca de 2 milhões de habitantes. A taxa de crescimento da população foi de 14,6% mais que o dobro da média nacional, 6.0% . Mas o poder público não respondeu adequadamente a esse crescimento, preparando a cidade em termos de moradia e infraestrutura. Ou seja, a capital com o 5º maior PIB do país é incapaz de organizar moradias dignas para sua população. Por isso a cidade cresceu com muitas moradias precárias. A população vai se organizando e ocupando à sua maneira, para fugir dos alugueis e para não ficar ao relento. Hoje Manaus ocupa o segundo posto da cidade mais favelizada do país, são 53,4% de moradias em areas de favela (ICS, 2024). Isso gera uma pressão imensa, conflitos fundiários, ordens de despejos, repressão, violência a indigenas, venezuelanos, haitianos – enfim uma massa de população que carece do poder público.

Propostas:

- ✓ Por um Plano de Habitação Popular que contemple o déficit habitacional da cidade;
- ✓ Combate à Especulação Imobiliária e Urbanização das Ocupações;
- ✓ Ampliar impostos aos terrenos voltados para especulação imobiliária;
- ✓ Legalização das ocupações e plano de infraestrutura;
- ✓ Imposto fortemente progressivo para as grandes propriedades;
- ✓ Expropriação sem indenização de terrenos, prédios e casas abandonadas voltadas para especulação.[1]

[1] Ao não cumprir a função social essas propriedades estão sujeitas a intervenção do poder público municipal, conforme § 2º do Artigo 182, da C.F. e a Lei 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

V– Mobilidade Urbana

Situação: Esse tema está ligado ao anterior. É preciso levar em consideração a taxa de crescimento da cidade e sua distribuição espacial. A expansão da cidade se dá fundamentalmente em direção ao noroeste. Em 2018 a população era de 1.8 milhão, atualmente já se chegou 2.06 milhões de habitantes. O tema da mobilidade urbana é uma necessidade numa cidade de explosão demográfica. Não se trata de um tema novo, existem planos, legislação,[2] os quais precisam ser recuperados sob as novas estratégias, de uma prefeitura que se propõe governar com os trabalhadores, organizados em Conselhos Populares, e que visa combater os conhecidos interesses especulativos e os superfaturamentos de obras, a partir de uma política de estatização dos serviços considerados chaves, para atender a população. Os aspectos técnicos, próprios da engenharia e de outras áreas do conhecimento, serão levados em conta, mas não podem estar dissociados das necessidades claramente expressas pelos membros da comuna, cujo planeamento das ações devem contemplar essencialmente: infraestrutura adequada para a circulação de pessoas, inclusive aquelas com deficiências; prioridade ao transporte coletivo eficiente; e, um sistema viário capaz de responder ao fluxo de veículos e outros meios de deslocamento.

As intervenções no sistema urbano, de mudança de infraestrutura; o modelo de concessão do transporte coletivo; e a ampliação do sistema viário tem servido, na maioria das vezes, para favorecer interesses das grandes empresas de construção, de donos de frota de ônibus e de especuladores. Então, para que os recursos públicos sejam de fato usados para dar as necessidades urbanas da grande maioria da população, é preciso:

Propostas:

- Por uma empresa municipal pública de obras, controlada pelos Conselhos Populares, para realizar todo o trabalho de infraestrutura da cidade, para acabar com o superfaturamento de obras:
  - ✓ Para edificar as calçadas e torna-las adequadas para pessoas com deficiências.
  - ✓ Para manter as ruas em condições transitáveis;
  - ✓ Para abrir e pavimentar novas vias.
- Estatização sem indenização do transporte, passe livre estudantil e rumo a tarifa zero:
  - ✓ Para acabar com o caos do transporte público, defendemos sua estatização sob controle dos trabalhadores.
  - ✓ Para garantir um serviço a preço de custo, de qualidade e rumo a tarifa zero;
  - ✓ Para manter os postos de trabalho, com salários decentes.
  - ✓ Para se ter uma frota de ônibus adequada para o nosso clima e para o transporte de pessoas com deficiência;
  - ✓ Para impedir o fim do trabalho do cobrador. Para preservar os postos de trabalho. Para garantir a qualidade do trabalho do motorista e o serviço de qualidade para os usuários.
- Discutir a viabilidade de um projeto para implantar um Metrô de Superfície.
- Conflito UBER X Taxi: Combater a concorrência desleal. Criar um sistema alternativo de

[2] Cf. Plano de Mobilidade Urbana, 2015; Lei 10.257, de 2001 (Estatuto das Cidades); Lei 12.587, de 2012 (Lei da Mobilidade Urbana); Lei Complementar 02/2014 que instituiu o Plano Diretor Urbano e Ambiental do Município de Manaus.

Aplicativo Público para romper com o esquema de concorrência desleal dos aplicativos privados. O Uber no Brasil impacta num momento de desemprego, com rápido crescimento do número de motoristas do aplicativo. Mas não é a "livre concorrência" que torna mais barato o Uber. A "parceria" entre o motorista e o Uber é uma fraude à relação de emprego, jogando os custos de manutenção dos carros para os trabalhadores e os submetendo a um regime de remuneração que oscila enormemente ao longo do tempo. Não à-toa, em muitos países já começaram as greves dos motoristas do Uber. O Ministério Público do Trabalho já foi acionado para verificar relações de exploração.

- Sistema Viário: Um Plano de recuperação e ampliação viário que contemple todas as formas de deslocamento, inclusive de ciclovias. Para isso, é preciso chamar quem entende do assunto – os profissionais que atuam no trânsito, os motoristas, e os usuários, os bicicleteiros, os transeuntes, e, evidentemente os engenheiros de trânsito.

VI – Meio Ambiente e Qualidade de Vida

Situação: A situação climatica se agravou a tal ponto que mesmo uma cidade encravada no meio da floresta e banhada pelo maior rio do mundo, não passa incôlume ao desastre ambiental em pleno andamento. A seca dos rios e as queimadas são apenas o sintoma da devastação causada pela expansão capitalista; por um modelo de sociedade que não se sustenta mais.

As cidades amazônicas se tornaram o epicentro inimaginavel dos efeitos deletérios do capitalismo e suas formas de ocupação predatória da natureza. No senso comum nunca se cogitou que se assistiria as cenas de desertificação como as que tem ocorrido com uma certa frequencia nos últimos anos. Por isso, a discussão sobre o meio ambiente em Manaus vai muito além de si mesma – de se discutir uma solução isolada, descolada das decisões nacionais e internacionais.

Primeiro é preciso que se destaque com clareza a nossa posição política sobre as formas predatórias que degradam o meio ambiente, tais como: os projetos agropecuários, minerais e madeireiros, bem como, as obras de infraestrutura e de energia que devassam às áreas de conservação, as terras indígenas e abre imensas clareiras em toda Amazônia. A conexão desses empreendimentos com os efeitos de desertificação e mudanças climáticas é central. Não tem como se ter uma cidade minimamente sadia ambientalmente sem enfrentar esses grandes projetos.

Ao mesmo tempo, é preciso ter uma política para a cidade. A indústria de transformação, a explosão demográfica, a expansão na frota de veículos automotores, e mais de 30 anos de política neoliberal na gestão das esferas estaduais e municipais, contribuíram decisivamente para o caos urbano e ambiental. Por isso, elencamos algumas propostas para discutir com a população:

Propostas:

- Municipalizar a empresa de água e serviços sanitários: para se universalizar esses serviços com tarifa social acessível à maioria da população;
- Intervir nos serviços de coletas de resíduos sólidos: municipalização; coleta seletiva e construção de aterro sanitário condizente com os pré-requisitos previstos na legislação;
- Plano de moradias, construção e recuperação de vias e logradouros públicos que inclua arborização, faixas para bicicletas e cuidados sanitários. Com participação direta de entidades de trabalhadores, universidades, etc.
- Apoio as cooperativas que trabalham com reciclagem de resíduos;
- Consolidar a secretaria municipal (SEMAS), para coordenar a intervenção pública

ambiental e estimular a participação da população a cuidar da cidade;

- Discutir, rever e implementar um código de postura do munícipio para disciplinar o uso dos espaços públicos; acabar com a especulação imobiliária; disciplinar o tráfego de veículos pesados, etc.
- Abastecimento: Recuperar mercados e feiras públicas; consolidar um terminal pesqueiro dotado de condições para conservação do pescado; fomentar cooperativas de produtores de hortifruti; estimular as iniciativas de alimentos sem agrotóxico com apoio técnico em compartilhamento com os produtores;

VIII – Forma de Governar: Democracia operária

Conselhos Populares Deliberativos – O controle nas mãos dos (as) trabalhadores (as)

Defendemos um governo diferente. Um governo da classe trabalhadora. Por isso, é preciso constituir e reconhecer oficialmente como instâncias de deliberação política os Conselhos Populares eleitos nas comunidades, bairros, locais de trabalho e estudo.

A proposta é que os conselheiros sejam eleitos em assembleias populares nos bairros e poderão ser revogados a qualquer momento, em qualquer assembleia mensal. Devem existir debates públicos, encontros e congressos com delegados eleitos nos bairros e regiões de toda cidade que, com as propostas previamente debatidas, definam o que fazer no município. Os conselhos populares devem controlar e decidir sobre 100% do orçamento do município e sobre todo funcionamento da cidade.